



ATA Nº 018/2021

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de julho de 2021, às 14h, realizou-se assembleia geral virtual da Associação dos Municípios do Vale do Taquari, sob a coordenação do presidente Paulo Kohlrausch. Estiveram presentes os prefeitos e/ou representantes dos municípios de Santa Clara do Sul, Colinas (vice-prefeita), Coqueiro Baixo, Arroio do Meio, Teutônia, Travesseiro, Sério, Boqueirão do Leão, Bom Retiro do Sul, Marques de Souza, Poço das Antas, Estrela, Westfália, Progresso, Doutor Ricardo, Canudos do Vale, Pouso Novo, Fazenda Vilanova e Encantado. O presidente Paulo Kohlrausch abriu a assembleia saudando a todos e explicou como funcionará a reunião. Primeiramente participa o promotor Sérgio Diefenbach, depois haverá participação do diretor-presidente da CCR ViaSul, Fausto Camilotti. Por fim, a questão do retorno das aulas em turno integral, que será abordada pelo assessor jurídico e membro do Comitê Técnico Regional, Juliano Heisler. De imediato, então, o presidente passou a palavra ao promotor Sérgio Diefenbach, que falou sobre a capacitação de conselheiros tutelares. Conforme Diefenbach, diversas situações estão surgindo, de “desorganização familiar”, para não dizer de violência familiar, decorrentes do longo período de isolamento, e muitos alunos estão se desligando da rede educação. Estas situações, segundo ele, vão sobrecarregar setores como saúde, assistência social, educação, que no seu entender devem ser fortalecidos, sob pena de também entrarem em colapso. “Quando falamos em “consertar” ou aprimorar os caminhos humanos que temos, parece que há uma perda de tempo, porque o servidor não entrou em colapso ainda. Há uma série de profissionais que neste período estarão sobrecarregados, como conselheiros tutelares, assistentes sociais”, exemplificou o promotor. De acordo com ele, por este motivo o Ministério Público está propondo a realização de treinamento, um programa de trabalho aos conselheiros tutelares da Comarca de Lajeado, que pode ser estendido às demais. Assim, pediu apoio dos prefeitos no sentido de que compreendam a ideia, autorizem o deslocamento e providenciem o deslocamento dos conselheiros. Disse que já houve ocasiões em que servidores não participaram porque não foram autorizados. Explicou que o processo está em fase de elaboração e terá em torno de 20 a 30 horas, motivo pelo qual pediu a sensibilidade dos gestores para liberar, de autorizar, e estimular a vinda. De acordo com Diefenbach, é possível que no futuro este projeto se expanda para outras secretarias, para que haja interação, uma nova forma de relacionamento, que gere saúde ao servidor, equilíbrio nas relações. Por fim, ele se colocou à disposição dos prefeitos, respeitando a autonomia dos gestores. O presidente Paulo Kohlrausch observou, ao fim da explanação, que o nível de entendimento e qualificação dos gestores tem aumentado a cada eleição. “Nestes primeiros seis meses estamos num processo de evolução e o entendimento de que precisamos cuidar das pessoas é percebido por todos. Seremos parceiros neste trabalho, nesta ação, enquanto instituição”, afirmou. Encerrada a participação do promotor, o presidente passou a palavra ao diretor-presidente da CCR, Fausto Camilotti,



que apresentou investimentos a serem feitos na BR-386. Inicialmente ele citou negócios da empresa, que estão em todo o Brasil, incluindo rodovias, aeroportos e mobilidade (trem, metrô, barcas). Citou rodovias administradas pela CCR em todo o Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, e a CCR ViaSul, no RS, onde administram cerca de 480 quilômetros de rodovias. Recentemente venceram dois certames para administrar aeroportos. O contrato com a ViaSul foi assinado em janeiro de 2019 e no mês de fevereiro foram iniciados os trabalhos nas rodovias. Entre elas está a BR-386 (265,8 km), além da BR-448, BR-290 entre Porto Alegre e Osório, e a BR-101. “Um terço do PIB do Estado passa por estas rodovias”, informou. Sobre a BR-386, frisou que o projeto prevê 166 km de duplicações dos 225 previstos ao longo do contrato, com investimento de R\$ 1,8 bilhão. Entre Marques de Souza e Lajeado, no Vale do Taquari, já tem R\$ 370 milhões previstos de investimentos nos próximos dois anos. De acordo com Camilotti, nos anos de 2021 e 2022 está prevista a duplicação entre Lajeado e Marques de Souza, com 20,3 Km. A empresa quer entregar 10 quilômetros até fevereiro de 2022 e outros 10 até fevereiro de 2023, acelerando o cronograma de obras. O trecho de Lajeado a Carazinho tem prevista toda a duplicação até 2030. O diretor-presidente da CCR ViaSul citou outras situações que, segundo ele, vão trazer impactos imediatos aos municípios. O trabalho entre Lajeado e Marques de Souza, por exemplo, já tem 500 empregos gerados, dos 1,2 mil que estão por vir. Destacou a importância da rodovia para a economia do RS e frisou que a obra em execução gera empregos, aumenta o consumo nos municípios e melhora o PIB. “Teremos impactos representativos”, afirmou. Ele também apresentou vídeo de como ficará a duplicação da rodovia BR-386 depois de concluída e destacou que entre Lajeado e Marques de Souza serão construídas 8 travessias de pedestres; adequações de acessos; 13 km de vias marginais; 2 passagens inferiores; 2 passagens superiores e nova iluminação. Acrescentou, ainda, que vai haver também Centro de Atendimento à Comunidade Lindeira – um veículo preparado e onde a população possa conversar com a empresa, sanar suas dúvidas, apresentar seus problemas. É um veículo adaptado para percorrer a rodovia para prestar esclarecimentos à população. Encerrada a explanação o presidente observou que a duplicação impacta diretamente sobre Marques de Souza e Lajeado, mas não somente isto, em todo o Vale do Taquari. “Todos os gestores certamente ficam satisfeitos em ver o andamento da obra, diante da sua importância para a região”, afirmou. Houve também manifestações de prefeitos, como Edmilson Busatto, de Bom Retiro do Sul, que disse que rodovias de qualidade salvam vidas e são importantes para a economia. Observou que seu município tem testada para a BR-386, cerca de 1,8km. Disse ficar feliz com o que está acontecendo, mas que busca para seu município a iluminação, e parece que está no contrato, mas somente daqui há dez anos. Segundo o prefeito, só tem um poste de iluminação na rodovia em seu município, motivo pelo qual pediu apoio da CCR e Amvat sobre a possibilidade da troca do trevo existente no acesso ao seu município por um “trevo diamante”, como o que está acontecendo entre Lajeado e Marques de Souza. Referiu-



se ainda a uma via marginal, cujo projeto foi apresentado antes mesmo das concessões, o qual está sofrendo algumas modificações e está sendo enviado para aprovação da CCR. Já Fábio Mertz, de Marques de Souza, disse estar muito feliz com esta obra, que está gerando empregos, comércio colhendo estes frutos, retorno de ISS. Acreditamos num crescimento enorme do município com a duplicação”, declarou o prefeito, que solicitou ao diretor-presidente da CCR se há previsão de início no trecho de Lajeado, uma vez que as obras de duplicação, hoje, se concentram em Marques de Souza. Em resposta aos dois prefeitos, Camilotti informou que houve toda discussão sobre obras, tarifas, entre outros aspectos, até o lançamento do Edital. Segundo ele, tem fator que possibilita antecipar investimento; tem fator para obras que não estão contempladas no contrato, mas que haja necessidade. A obra, no entanto, segue inicialmente com o que foi firmado no contrato. “Mas sem dúvida, nenhuma pauta será esquecida e levada adiante. Vamos sempre discutir os projetos e vamos ver o que está acontecendo, para ver de que maneira pode ser feito. O cronograma de obras hoje está mais concentrado em Marques de Souza, em razão das características da obra, mas não significa que não começará em Lajeado. Tenho certeza que faremos um trabalho bonito aí, com o apoio dos senhores prefeitos”, garantiu, colocando-se à disposição para futuras agendas. O presidente agradeceu a participação do diretor e da mesma forma colocou a Amvat à disposição. O retorno às aulas em turno integral foi o próximo assunto da pauta da assembleia, motivado por pedidos de vários municípios. O advogado Juliano Heisler, que integra o Comitê Técnico Regional, explanou a respeito. Explicou que, ao longo da semana, o Comitê Técnico analisou esta situação, uma série de demandas que vieram de Estrela, Marques de Souza, Arroio do Meio, Santa Clara do Sul, Travesseiro e outros. Segundo ele, para mudar os protocolos é preciso aprovação do Comitê Técnico e depois da entidade representativa da região, no caso, a Amvat e, finalmente, é enviado ao Estado do RS. Sobre avisos, a região não recebia aviso desde 9 de junho. Esta semana o Estado tirou “Alerta” e emitiu aviso a todas as regiões, mais no sentido de manter a mobilização dos municípios. O governo, conforme Heisler, observa desaceleração na ocupação de leitos no Estado, mas há indicativo da variante delta entrar no RS. Sobre o retorno às aulas disse discorreu sobre avaliação do Comitê Técnico: na educação há protocolos obrigatórios, como distanciamento de 1,5m e transporte escolar, respeitando portaria do Estado; que há protocolos variáveis, como o distanciamento e possibilidade do ensino híbrido. O Sistema 3 As tem decreto que estabelece critérios para aprovar mudanças, entre elas aprovação de parecer técnico. Explicou que neste momento o comitê avaliou várias situações, como o baixíssimo número de ocupação de leitos por pessoas abaixo dos 19 anos e número casos, que vem reduzindo, e os índices regionais de vacinação. Foi avaliado também o distanciamento, higienização e transporte escolar. A sugestão do comitê é a seguinte: distanciamento entre classes: recomendação de um metro. Os membros do comitê consideraram que 1,5m cria situação de menos controle



sobre as noções básicas de combate à Covid. Em relação ao transporte escolar, entende que a mesma capacidade que o Estado fixou para o transporte em geral pode ser usado para o transporte escolar, ou seja, ocupação de 75%. Quanto à higienização, Heisler esclareceu que em portarias do Estado e Federal não está claro quanto ao período. O protocolo estadual diz que deve ser “sempre que possível, após cada uso”. Por isto, o comitê entende que há uma liberdade escolar, principalmente na educação infantil, o que possibilitaria o turno integral. Finalizando, esclareceu que estas alterações, após aprovação da Amvat, ainda passam pelo crivo do Estado, que se manifesta em 48 horas após recebê-las. Todas as sugestões foram aprovadas por unanimidade pelos membros do Comitê. O presidente questionou se algum prefeito não concordava com as alterações propostas e não houve manifestações, sendo aprovadas por unanimidade dos participantes da assembleia, definindo-se então a aprovação do retorno das aulas presenciais em turno integral. Na continuidade dos trabalhos o presidente referiu-se ao Programa Avançar, do Governo do Estado, que por meio do Projeto Pavimenta tem R\$ 60 milhões a serem investidos, dos quais R\$ 20 milhões para cerca de 300 municípios, o que dificulta para as prefeituras acessarem os recursos. A proposta apresentada por ele é o encaminhamento de ofício à Famurs, Assembleia Legislativa e Governo do Estado solicitando que o projeto possa contar com R\$ 150 milhões, pois caso contrário a grande maioria não vai poder acessar porque não haverá recurso. “O programa é muito bom, mas R\$ 20 milhões para 300 municípios é muito pouco”, ponderou o presidente. A sugestão partiu do prefeito de Estrela Elmar Schneider, que disse acreditar que o Estado pode e deve aumentar, pois neste aspecto todos os nossos municípios poderiam ser contemplados, pelo menos com uma obra. “Seria fundamental aumentar o valor para este programa”, afirmou. Colocada em votação, a proposta foi aprovada e serão feitos os devidos encaminhamentos. Prosseguindo os trabalhos foi feita a indicação de prefeitos para o Comitê Gestor da Tenovates, sendo aprovados os nomes dos prefeitos Fábio Mertz, de Marques de Souza, como titular, e de Sidinei Moisés de Freitas, de Sério, como suplente. No espaço de considerações finais o prefeito de Arroio do Meio, Danilo Bruxel, referiu-se ao reajuste das mensalidades, aprovado em junho, observando que o contador da prefeitura chamou atenção para a Lei Complementar 173, de que município não pode aumentar gastos. Pediu ao Jurídico para verificar esta situação, para que não haja problemas depois. A respeito, o assessor jurídico Juliano Heisler esclareceu que a Lei Complementar trata de aumento para pessoal, mas em nenhum momento se refere a despesas como as contribuições que estão sendo lançadas pela Amvat. Neste caso, entende que a associação tem amparo jurídico para fazer a cobrança. Não havendo mais manifestações, o presidente encerrou os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

Paulo Cezar Kohylrausch
Presidente da AMVAT